

A decorative background consisting of a grid of squares in various shades of gray, arranged in a pattern that is roughly rectangular but has some missing squares, creating a fragmented, architectural look.

PLANO

2007

iBase^{etinho}

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Av. Rio Branco, 124, 8º andar – Centro
CEP 20040-916 Rio de Janeiro – RJ
Tel.: +(21) 2509-0660 Fax: +(21) 3852-3517
Correio eletrônico: ibase@ibase.br
www.ibase.br

Conselho Curador

Sebastião Soares – presidente
João Guerra – vice-presidente
Carlos Afonso – 1º secretário
Nádia Rebouças – 2ª secretária
Sônia Carvalho – 3ª secretária

Suplentes

Moacir Palmeira
Claudius Ceccon
Jean-Pierre Leroy
Maria Emília Pacheco
Regina Domingues

Conselho Fiscal

Jaime Patalano
Pedro Celestino
Rousseau Leão Castelo Filho

Suplentes

Mário Osava
Jane Souto de Oliveira
Celso Japiassu

Direção Executiva

Cândido Grzybowski – diretor-geral
Dulce Pandolfi
João Sucupira

Coordenadores(as)

Athayde Motta
Ciro Torres
Fernanda Carvalho
Francisco Menezes
Iracema Dantas
Itamar Silva
João Roberto Lopes Pinto
Leonardo Mélllo
Luzmere Maria Demoner
Moema Miranda

Plano Ibase 2007

Esta publicação também está disponível em www.ibase.br

Sumário

Apresentação	4
Objetivos institucionais	5
Cronograma institucional	6
Linhas programáticas	8
1. Direito à Cidade	9
2. Juventude, Democracia e Participação	11
3. Responsabilidade Social e Ética nas Organizações	13
4. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	15
5. Alternativas Democráticas à Globalização	16
6. Processo Fórum Social Mundial	17
7. Economia Solidária	18
8. Desenvolvimento e Direitos	20
9. Observatório da Cidadania: Direitos e Diversidade	21
Estratégias institucionais	25
1. Desenvolvimento Institucional	26
2. Indicadores e Gestão da Informação	27
3. Comunicação	28
4. Relações Institucionais	29
5. Administração e Finanças	30
Equipe do Ibase	31
Associados(as)	32
Fontes de financiamento e apoio institucionais	33
Siglas e abreviaturas	34

Apresentação

Em 2007, o Ibase atuará por meio de uma visão estratégica que combine as urgências da construção democrática no cotidiano com as tarefas ousadas, corajosas, determinadas e pacientes de fazer emergir uma nova onda democratizadora. A democracia brasileira tem demonstrado muita vitalidade, tanto pela expansão da presença na arena política de amplos setores populares, com suas demandas, propostas e participação política, como pela institucionalidade político-legal conquistada e pelos claros avanços em algumas políticas públicas. Mas, até aqui, a democracia ainda não criou as condições para uma transformação mais substantiva nas relações, estruturas e processos que geram destruição, exclusão e desigualdade social. O déficit democrático existente, acumulado por uma longa história autoritária, patrimonialista, racista e machista, e as condicionalidades da globalização a serviço de grandes conglomerados econômico-financeiros limitam as conquistas e a constituição de um desenvolvimento democrático inclusivo, sem discriminações, participativo e justo, valorizando a vibrante diversidade do Brasil, desenvolvimento solidário e sustentável.

Diante dessa realidade local e nacional e levando em conta a própria inserção do Ibase no mundo, especialmente a partir da dinâmica do Fórum Social Mundial, o desafio é assumir as responsabilidades e extrair todo o potencial de nossa capacidade de análise, reflexão estratégica e intervenção no debate e nas políticas públicas. Como uma organização de cidadania ativa – relativamente pequena, mas, dada a sua articulação, com forte presença em espaços públicos, redes, coalizões, alianças e campanhas civis, do local ao mundial –, o Ibase pode e deve contribuir para que uma nova onda democratizadora se constitua na sociedade civil e crie as condições das mudanças estruturais necessárias. Porém, é preciso reconhecer as dificuldades enfrentadas pelas organizações voltadas para causas públicas no Brasil. Uma grande crise de rumos e sustentabilidade ronda instituições parceiras na Abong e no campo democrático-popular. O Ibase, pela base institucional construída, tem a responsabilidade de abrir perspectivas que contribuam para o revigoramento dessas entidades.

Em 2006, ano dos 25 anos do Ibase, três momentos articulados foram fundamentais para pensar o futuro da Instituição: a avaliação institucional, a Plataforma Ibase e as discussões internas para a elaboração do Plano Estratégico 2007 - 2010.

Uma novidade decorrente de todo esse processo foi a identificação de “temas geradores” que serão amplamente debatidos, no decorrer de 2007, em diferentes “fóruns temáticos”. Trata-se de dotar o Ibase de meios e tempo para sistematizar e refletir sobre as grandes questões transversais que brotam de suas propostas e de sua intervenção. O eixo central na identificação dos “temas geradores” é a opção do Ibase pela democracia radical e pela garantia de todos os direitos humanos para todos os seres humanos. A Instituição quer evitar a fragmentação e dar consistência à sua intervenção política.

Partindo do que acumulou e mirando o futuro, sem medo do presente, o Ibase apresenta o Plano Anual 2007, um marco concreto para a Instituição nos próximos 25 anos. Suas atividades permanecem aglutinadas em torno de dois grandes eixos: as linhas programáticas e as estratégias institucionais. Entretanto, foram revistos as linhas programáticas e os projetos em curso, agora adaptados às novas exigências. Em termos de estratégias institucionais, a definição de prioridades está mais bem apontada.

Objetivos institucionais

Contribuir para uma cultura democrática de direitos

- Dar visibilidade, na agenda e no debate públicos, às questões específicas, às reivindicações e às propostas dos setores e grupos em situação de pobreza e exclusão social – particularmente mulheres e crianças, afrodescendentes, indígenas – como demandas de direitos de cidadania negados.
- Defender, valorizar e fortalecer a participação social e política como direito e responsabilidade cidadã de todos e todas, sem desigualdades ou discriminações, sem racismo ou machismo.
- Tornar os princípios e valores éticos da democracia e da cidadania – liberdade, igualdade, diversidade, solidariedade e participação – uma referência político-cultural e um código das ações e lutas no bojo da sociedade civil.

Fortalecer o tecido associativo na sociedade civil

- Promover a emergência, a organização e a autonomia dos diferentes sujeitos coletivos do campo democrático-popular, por meio de grupos e movimentos sociais, sindicatos, comunidades, associações e cooperativas, organizações civis e entidades de defesa de direitos.
- Apoiar e participar de fóruns e redes, coalizões, alianças e campanhas, ampliando o espaço público e a emergência da cidadania.
- Estabelecer alianças estratégicas na promoção da democracia, no fortalecimento da sociedade civil e da cidadania planetária, vinculando o mundial e o local.

Ampliar a capacidade de incidência em políticas públicas

- Propor, exigir e acompanhar políticas públicas que priorizem a erradicação da pobreza e o combate às desigualdades – particularmente de raça e gênero – no acesso a direitos, bens e recursos.
- Intervir no debate e influir nas opções de políticas públicas que moldam o desenvolvimento do Brasil e da região, visando a um desenvolvimento humano democrático e sustentável, promotor de todos os direitos humanos.
- Exercer vigilância e cobrar ética e responsabilidade de governantes e representantes eleitos(as), juízes(as) e promotores(as), dirigentes e gestores(as) de órgãos e políticas públicas.

Cronograma institucional 2007

Primeiro semestre

Atividades regulares	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
Reuniões da DEA (das 10h às 13h)	15 e 29	12 e 26	12 e 26	09 e 24	07 e 21	04 e 18
Reuniões da Direção (das 15 às 17h)	15 e 29	12 e 26	12 e 26	09 e 24	07 e 21	04 e 18
Fóruns Temáticos	30 e 31	01, 27 e 28	01, 28 e 29	25, 26 e 27	22, 23 e 24	19, 20 e 21
Encontros de conjuntura (17h30)	08	12	12	09	14	11
Monitoramento do Plano 2007			5 a 9		28 a 30	
Relatório de atividades 2006	15	12	30			
Reunião de pauta ampliada da comunicação		7		4		27
Cine Ibase (das 17h às 20h)			20	17	15	19
Balço Social Ibase		26 a 28	01 e 02			
Reuniões do Conselho Curador		12		09		04
Reunião do Conselho Fiscal				09		
Assembléia de associados(as)				16		
Assembléia de funcionários(as)					10	
Avaliação de estagiários(as)						25
Fórum Social Mundial Reunião do Conselho Internacional*	20 a 25 26 e 27*					

Calendário de feriados:

Janeiro

20 - Feriado São Sebastião (sábado)

Fevereiro

19 e 20 - Carnaval (segunda e terça-feira)

21 - Quarta-feira de Cinzas

Abril

05 e 06 - (quinta e sexta-feira) Paixão

08 - Páscoa (domingo)

21 - Tiradentes (sábado)

23 - São Jorge (segunda-feira)

Maiο

1º - Dia do Trabalhador (terça-feira) e segunda-feira, dia 30,
não há expediente

Junho

07 - Corpus Christi (quinta-feira) e sexta-feira, dia 08, não há expediente

Segundo semestre

Atividades regulares	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Reuniões da DEA (das 10h às 13h)	02, 16 e 30	13 e 27	10 e 24	08 e 22	05 e 21	03 e 17
Reuniões da Direção (das 15 às 17h)	02, 16 e 30	13 e 27	10 e 24	08 e 22	05 e 21	03 e 17
Encontros de conjuntura (17h30)	09	13	10	08	12	10
Fóruns temáticos	17, 18 e 19	28, 29 e 30	25, 26 e 27	23, 24 e 25	27, 28 e 29	
Monitoramento do Plano 2007		20 a 24			22 a 30	
Reunião de pauta ampliada da comunicação			05	31		
Dia do Ibase		09				
Avaliação 2007 e Plano 2008					21 a 30	03 a 07
Reuniões do Conselho Curador		27		08		03
Cine Ibase (das 17h às 20h)	17	21	18	16	27	
Avaliação de estagiários(as)						10
Confraternização (a partir das 18h)						20
Recesso						21 a 02/01/08

Setembro

07 - Independência (sexta-feira)

Outubro

12 - N. Sra. Aparecida (sexta-feira)

Novembro

02 - Finados (sexta-feira)

15 - Proclamação da República (quinta-feira) e sexta-feira,
dia 16, não há expediente

20 - Dia da Consciência Negra (feriado estadual) (terça-feira)
e segunda-feira, dia 19, não há expediente

Dezembro

Recesso: 21/12 a 02/01/08



Linhas programáticas

As linhas programáticas apontam as grandes opções temáticas de trabalho do Ibase. São nodos internos, variáveis em tamanho de equipe e recursos mobilizados, assim como no seu desenvolvimento, que condensam investigação e ação a respeito de questões que sejam consideradas pelo Ibase como estratégicas, na perspectiva da democracia e dos direitos humanos. Organizam-se em torno de projetos específicos e atividades estratégicas. Todas as linhas programáticas são definidas pela sua contribuição específica para a realização de um ou mais destes objetivos institucionais: produzir uma cultura democrática de direitos, fortalecer o tecido associativo e incidir em políticas públicas. Como pacto institucional, as questões de gênero e étnico-raciais perpassam o conjunto das linhas programáticas.

As linhas programáticas são parte das diretrizes fixadas no Plano Estratégico 2007–2010. No Plano Anual 2007, apresentam-se o estado da questão do tema para o Ibase no início do ano, as prioridades fixadas e os objetivos a serem alcançados no fim do ano. Novas atividades e até novos projetos podem ser incorporados a cada linha programática, dependendo das necessidades e oportunidades da conjuntura, bem como da evolução de articulações e parcerias com outros atores sociais.

1 Direito à Cidade

A partir de 2004, o Ibase definiu a temática urbana como uma de suas prioridades com a criação da linha programática Democratização da Cidade, voltada para o fortalecimento do movimento comunitário e a qualificação da luta por uma política de desenvolvimento urbano democrática e participativa.

Em 2007, o Ibase reafirma o seu compromisso com as pessoas mais pobres no contexto urbano e a linha programática Democratização da Cidade passa a se chamar Direito à Cidade. É importante ressaltar que o direito à cidade ultrapassa em muito o acesso aos equipamentos e benefícios para pessoas excluídas. Trata-se na verdade de conquistar uma cidade plural e para todos(as). Em suas dimensões estratégicas, aponta para a capacidade de vocalizar interesses, propor ou criticar medidas e, no limite, disputar o que deve ser feito para suprir carências, diminuir desigualdades e ampliar as possibilidades de se alcançarem padrões dignos de vida. Envolve, portanto, a agregação de indivíduos, grupos e classes que atuam como atores intervenientes nos processos de decisão e a permanente negociação social entre forças, evidentemente desiguais, que se reconhecem como partícipes indispensáveis do processo de democratização social.

A linha programática pretende tratar frontalmente as questões relacionadas à segurança pública, às favelas, ao desenvolvimento comunitário, à desigualdade racial e à justiça ambiental, sempre com a perspectiva de incorporar o ponto de vista das classes populares no debate público.

Ações estratégicas

- **Potencialização de redes sociais locais para a emancipação de agentes sociais estratégicos e fortalecimento de iniciativas autogestionárias para a articulação local e regional** – Esta ação é prioritária para a construção de “atores-sujeitos” e o fortalecimento do “tecido associativo”

local. Em territórios urbanos (Cidade de Deus, Grande Tijuca, Duque de Caxias e Mesquita) ou rurais (comunidades quilombolas do Espírito Santo, assentamentos de populações atingidas por barragens, na região da APM Manso em Mato Grosso, ou ainda em comunidade indígena a ser identificada), a contribuição desta linha de ação para a indução do processo de desenvolvimento local e comunitário se dá na medida em que esses atores assumam autonomamente a direção e os rumos do seu próprio desenvolvimento. Essa é a contribuição almejada pelo Ibase, que atuará como mediador, contribuindo na identificação e organização das demandas de base e na construção de consensos entre sociedade organizada, poder público local e outros possíveis parceiros locais, além de contribuir para a construção de redes sociais locais fortes e democráticas.

O projeto Núcleos de Integração Comunitária tem apoio de Furnas até junho de 2007. O projeto Cidade de Deus e de Direitos tem apoio da Finep até junho de 2007.

- **Fortalecimento da gestão participativa em unidades de conservação e maior participação e controle social da gestão do ambiente, particularmente o ambiente urbano** – A gestão participativa e democrática das unidades de conservação no Brasil é um tema central em políticas de proteção da natureza. Além disso, o debate sobre quais modelos de participação devem ser institucionalizados tem se tornado estratégico na perspectiva histórica do país. Espaços colegiados e descentralizados de gestão, como conselhos de direitos, são instâncias privilegiadas do exercício da democracia e da participação. Em ações voltadas para esse tema, o Ibase tem criado as condições necessárias que facilitem a interlocução entre os diferentes atores envolvidos.

As práticas e metodologias participativas desenvolvidas por esta linha são utilizadas para que se busquem alternativas técnicas e políticas capazes de aprimorar práticas sociais e fortalecer a gestão democrática de uma unidade de conservação. No caso das unidades de conservação situadas em meio urbano, há a questão do padrão de ocupação nas áreas de entorno da unidade. A tensão gerada pela densidade populacional da cidade e pelas políticas habitacionais deficitárias transforma essas áreas em espaços de disputa territorial, que se conformam nas favelas como territórios de ocupação irregular, ambientalmente desequilibrados e não integrados nem à cidade, nem à floresta. Essa questão precisa estar incluída na agenda dos movimentos ambientalistas, de justiça e racismo ambiental e de moradia.

O projeto Água em Unidade de Conservação teve apoio da Petrobras Ambiental por meio do Instituto Terrazul até dezembro de 2006. A Agenda Social Rio tem apoio da Novib.

- **A questão urbana e a construção de políticas públicas de garantia do direito à cidade** – As nossas cidades são a materialização de uma sociedade desigual e, por isso, são marcadas pela precariedade e irregularidade territoriais e pela segregação socioespacial da grande maioria de sua população. Há uma falta absoluta de espaços dignos de moradia e de políticas de habitação de interesse social que contemplem as demandas e necessidades mínimas dos grupos mais pobres.

Recentemente, o tema da remoção de favelas – parte das políticas públicas de controle do crescimento urbano nas décadas de 1960 e 1970 – voltou à cena pública. A mídia carioca apresenta, abertamente, essa política como a solução para resolver, de uma vez por todas, o problema da cidade. Isso explicita o conflito entre forças ligadas ao capital imobiliário, que preconizam que a boa gestão do território urbano depende da remoção dos assentamentos informais, e a população

moradora de favelas. A remoção das favelas também é defendida por quem, por preconceito ou desinformação, criminaliza a pobreza e omite a importância de medidas cabíveis, como a distribuição de renda, a geração de trabalho e uma consistente política de segurança pública.

Desde 2004, o Ibase atua na conformação da Frente Estadual contra a Remoção de Favelas e vem estimulando seu fortalecimento. Em 2007, pretende-se ampliar a busca de estratégias de articulação de organizações e movimentos que possam fortalecer essa frente e interferir nas políticas públicas de habitação. No tema da violência e da segurança pública, pretende-se incidir no debate a partir dos resultados da pesquisa *Direitos humanos, pobreza e violência no Rio de Janeiro: moradores de favelas por reconhecimento e acesso à justiça*, ampliando seus resultados e promovendo a discussão com segmentos acadêmicos, populares e de jovens universitários(as) de favelas.

- **Articulação de agentes locais e construção de planos de interferência e incidência em políticas públicas de combate à desigualdade racial** – O racismo estrutural presente na sociedade é um fator determinante para a falta de mobilidade social e de acesso a bens e serviços públicos. A conscientização sobre a relevância da luta anti-racista para a construção de uma cidade mais democrática e justa é essencial não apenas para cidadãs e cidadãos negros, mas também para o conjunto da sociedade. A produção de conhecimento, por meio de percepções e vivências, sobre as formas como o racismo se estrutura adquire uma importância central para o processo de informação e articulação de agentes locais e, em 2007, torna-se uma prioridade. A partir das demandas dos agentes locais, o Ibase quer construir coletivamente planos de interferência para a aplicação da Lei Federal 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas nos estabelecimentos de ensino das redes pública e privada, e fomentar a discussão sobre ações afirmativas, pelas rodas de conversa (iniciadas em 2005), e outros temas relacionados que contribuam para a transversalização da questão étnico-racial de forma mais ampla, por meio de debates e de outros canais já existentes, como o Cine Ibase. Esta ação estratégica terá grande interface com o projeto Diálogos contra o racismo, que faz parte da linha programática Observatório da Cidadania: Direitos e Diversidade.

2 Juventude, Democracia e Participação

Esta nova linha programática surgiu do acúmulo do trabalho do Ibase em torno da questão da juventude. Significa não apenas o reconhecimento da importância da temática da juventude para a consolidação da democracia no Brasil e no mundo, mas também a importância da abordagem geracional como possibilitadora de novos olhares sobre a reprodução e radicalização do sistema democrático. Dessa forma, as bases para a renovação e perpetuação da democracia dependem da capacidade das novas gerações em vê-la como um sistema adequado de acordo com seus valores.

O Ibase busca entender tais valores e também a disponibilidade dos(as) jovens para a participação, entendida num sentido amplo, bem como suas relações com as políticas públicas que vêm sendo criadas para esse segmento. Nos últimos anos, o Ibase se consolidou como

um ator estratégico na discussão a respeito da juventude, participação e políticas públicas. Uma de suas contribuições foi a primeira conformação do recém-criado Conselho Nacional de Juventude (Conjuve). Também teve grande repercussão a pesquisa *Juventude brasileira e democracia: participação, esferas e políticas públicas*, realizada com o Instituto Pólis e aplicada em sete regiões metropolitanas e no Distrito Federal. Além disso, a pesquisa contou com o apoio do Centro de Pesquisas para o Desenvolvimento Internacional (IDRC) e das Redes Canadenses de Pesquisa em Políticas Públicas (CPRN) e teve parceria de nove instituições, entre ONGs e universidades públicas federais.

Em 2007, a instituição pretende incorporar um olhar “geracional” no planejamento de suas ações em busca de direitos, associativismo e incidência em políticas públicas. Sua principal contribuição será na área da produção do conhecimento e de argumentos, por meio de novas investigações. Com isso, buscará ampliar seu escopo para a América do Sul e incorporar outras realidades acerca das juventudes e do que se entende e percebe como participação juvenil. Além disso, o Ibase continuará atuando no Conjuve e no apoio ao fortalecimento de redes e fóruns da juventude. O projeto terá apoio novamente do IDRC e do CPRN.

Ações estratégicas

- **Participação juvenil, jovens como atores estratégicos e sujeitos de direitos e a incidência na agenda pública nacional e internacional** – Esta ação prioritária contribui para que os(as) jovens passem a ser percebidos(as) como sujeitos estratégicos na luta por uma democracia radical cujos direitos devem estar garantidos em marcos legais e políticas públicas. Pretende-se dar segmento, em 2007, ao trabalho de produção e divulgação de argumentos qualificados sobre o tema por meio de novos projetos de pesquisa que busquem ampliar a compreensão do Ibase acerca da relação que nomeia esta linha programática (Juventude, Democracia e Participação), buscando no(a) jovem um(a) interlocutor(a) privilegiado(a). Além disso, será privilegiada a construção de redes de pesquisa que envolvam múltiplos atores (ONGs, universidades, órgãos governamentais, movimentos sociais etc.) e potencializem sua capacidade de análise e repercussão. Com base na pesquisa anterior, a organização de uma série de grupos de diálogo, como um espaço de interlocução entre jovens da América do Sul, amplia e adapta essa metodologia para investigar novas realidades.
- **Formação e fortalecimento de articulações, redes e fóruns de juventude para a garantia e ampliação dos direitos dos(as) jovens** – A atuação em redes e fóruns é um dos pilares da atuação do Ibase na temática da juventude. Ela é estratégica para a consolidação do tema dentro da instituição e para seu estímulo e fortalecimento como espaço de luta social. Articulações como o Fórum de Juventude do Rio de Janeiro, o Fórum Nacional de Organizações e Movimentos de Juventude e a rede Construindo Teias vêm permitindo o exercício democrático de organização de atores jovens e que trabalham com a temática da juventude. No Rio de Janeiro, em particular, tais articulações e o Ibase, como animador e incentivador, vêm ampliando o debate regionalmente. Eventos como a criação de uma Comissão Especial de Juventude na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) ou a atual reivindicação por um Conselho Estadual de Juventude são parte desse processo. A atuação do Ibase no Conjuve também é estratégica,

uma vez que colabora para ampliar o campo de forças desse conselho, que compreende os(as) jovens como sujeitos de direitos, e luta por políticas públicas universais que não deixem de considerar as especificidades das muitas juventudes brasileiras.

Em 2007, o Ibase continuará a se firmar como apoiador e facilitador de tais espaços e buscará ampliar os mecanismos de participação nessas diferentes esferas. Nesse sentido, entre as atividades prioritárias para o próximo ano, estão o Seminário Nacional do Fórum Nacional de Organizações e Movimento de Juventude e o processo de renovação dos(as) atuais conselheiros(as) do Conjuve. Como resultados de tal atuação, esperam-se: a ampliação do monitoramento das políticas públicas de juventude em âmbito nacional; a democratização dos mecanismos de renovação do Conjuve; a criação de espaços locais de interlocução entre sociedade civil e os poderes Executivo e Legislativo; e a definição de uma agenda para o Fórum Nacional de Organizações e Movimento de Juventude, assim como a ampliação e a diversificação de sua composição.

3 Responsabilidade Social e Ética nas Organizações

Esta linha programática se caracteriza pela busca de ética, práticas responsáveis e transparência, tanto no meio empresarial como nas organizações da sociedade civil, visando contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais justa e sustentável. Seu objetivo é consolidar uma cultura de organizações e instituições democráticas, a partir de práticas concretas de transparência, prestação de contas, valorização da diversidade e atuação a serviço das pessoas e da vida no planeta. Desde 1997, desenvolve e aprimora modelos de balanço social e, nos últimos anos, divulga dados e análises sobre o comportamento empresarial brasileiro. A partir de 2003, inicia parcerias estratégicas com organizações e movimentos sociais no tema da ética e da responsabilidade social, no Brasil e em outros países da América Latina. O intuito desse processo é a construção de uma cultura de controle público cidadão sobre as empresas e de prestação de contas e transparência nas organizações da sociedade civil.

Ao longo de 2007 – quando a campanha pelo balanço social completará dez anos – essa linha programática monitorará as empresas que atuam no Brasil e lançará, sobre elas, um olhar mais rigoroso, tomando por base o conteúdo dos balanços sociais publicados. Essas companhias serão desafiadas a participarem de um processo de consulta pública e exposição programada diante da sociedade. O lançamento de uma publicação com análises, dados e indicadores consolidados sobre as informações divulgadas nos balanços sociais ao longo dos últimos dez anos também faz parte das prioridades para 2007. Outro desafio para o mesmo período é disseminar e fortalecer o tema da responsabilidade social das empresas e as ferramentas “Balanço Social” e “Diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais” entre as organizações da sociedade civil brasileira. Para isso, serão fortalecidas as atividades de sensibilização e capacitação. O trabalho desta linha programática estará cada vez mais próximo e coordenado entre as instituições que compõem a Plataforma Brasil de Responsabilidade Social das Empresas (RSE) e a Red Puentes de RSE nas diversas regiões do país.

Além disso, será retomada a discussão sobre a prestação de contas, as relações de trabalho, os impactos ambientais, as formas de consumo e a democracia interna nas organizações da sociedade civil. O Ibase também difundirá a idéia de que as práticas de transparência interna e externa fortalecem as organizações de cidadania ativa frente às empresas, ao Estado e à sociedade. Atividades de diálogo serão organizadas com instituições e pessoas que são referência dentro do universo das organizações sociais e movimentos, e materiais de referência serão produzidos sobre o tema. Assim, sensibilizar e mobilizar lideranças sociais e sindicais para desenvolver um olhar crítico e estratégico sobre ética, responsabilidade e transparência está na base da atuação desta linha programática para 2007.

Ações estratégicas

- **Monitoramento de empresas e indicadores do balanço social** – Divulgação de dados e indicadores sobre o balanço social das empresas, elaboração de uma publicação com informações e dados sobre os dez anos de campanha pelo balanço social, construção e difusão de argumentos sobre RSE e o acompanhamento da prática de empresas a partir de uma perspectiva socioambiental crítica centrada nos direitos de cidadania. Essas ações fazem parte de um projeto apoiado pela Fundação Ford.
- **Controle social sobre as empresas** – Disseminação e fortalecimento, entre as organizações da sociedade civil, de uma cultura de cobrança de responsabilidade social das empresas – numa perspectiva de direitos e de desenvolvimento focado nos seres humanos e no meio ambiente – a partir da atuação em rede e da realização de eventos de capacitação. Um seminário nacional e um processo de revisão do modelo Ibase serão realizados a fim de ampliar a articulação e a capacidade crítica da sociedade civil organizada no tema da RSE (com foco no modelo Ibase de balanço social e nas diretrizes da OCDE), com o fortalecimento da Plataforma Brasil de RSE e a Red Puentes em nosso país. Além disso, pretende-se acompanhar e apoiar a preparação de casos para apresentação no Ponto de Contato Nacional (PCN) brasileiro em parceria com a rede internacional OECD Watch, com o objetivo de ampliar o controle sobre as empresas multinacionais que atuam no Brasil e as empresas brasileiras no exterior.

Essas ações contam com o apoio do Projeto Red Puentes, da Oxfam Novib e do Projeto Somo/Ministério das Relações Exteriores da Holanda. O Ibase faz parte da coordenação internacional da Red Puentes e também da rede OECD Watch.

- **Transparência nas ONGs** – Desenvolvimento de uma cultura de transparência e prestação de contas nas organizações da sociedade civil, para diferenciar e fortalecer as organizações de cidadania ativa na sociedade. Pretende-se sensibilizar e capacitar lideranças de organizações e movimentos sociais no tema da transparência e prestação de contas das ONGs a partir de uma oficina e da produção de material eletrônico de referência que ajude na multiplicação e na ampla difusão do tema entre as organizações sociais. Essas ações fazem parte de dois projetos apoiados pela Fundação Ford – Escritório do Brasil.

4 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Esta linha programática pretende, principalmente, contribuir para a construção das condições de segurança alimentar e nutricional. O Ibase oferece sua contribuição a partir de uma atuação direta nos espaços de elaboração e acompanhamento de políticas públicas nessa área, que são os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Conseas). Neles, a Instituição pesquisa e produz novos argumentos para o debate sobre essas políticas e o seu aprimoramento, além de formar atores sociais para trabalhar com a questão alimentar.

Esta linha programática também pretende fortalecer o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) como a principal instância da sociedade civil para a intervenção nos assuntos relativos a esse tema, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada.

O Ibase participa da temática combate à fome e direito humano à alimentação adequada desde a Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pelo Direito à Vida. Em 1998, participou ativamente da criação do FBSAN e foi a sede de sua secretaria executiva. Em 2001, participou da elaboração do Programa Fome Zero e, por meio da Rede Interamericana de Agricultura e Democracia, ao qual pertencia, participou da coordenação do Fórum Mundial sobre a Soberania Alimentar, realizado em Havana (Cuba). Em 2003, passou a integrar o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea Nacional) e contribuiu na organização da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2004, Francisco Menezes, pesquisador do Ibase, foi indicado pela sociedade civil para assumir a presidência do Consea Nacional, no qual coordenou, entre outras iniciativas, a elaboração do projeto da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), acompanhando sua tramitação e aprovação, ocorrida em setembro de 2006. O Ibase também participou ativamente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro (Consea RJ), contribuindo no processo de implementação da política estadual de segurança alimentar e nutricional (SAN).

Outras ações importantes empreendidas foram as pesquisas *Estudo sobre as repercussões do programa Bolsa Família na SAN das famílias beneficiadas* e *Alimentação escolar: estudo sobre funcionamento das instâncias de controle social do programa nacional de alimentação escolar*. Esse histórico confirma o Ibase como um dos atores sociais de maior destaque no tema.

Ações estratégicas

- **Articulação** – Fortalecimento da sociedade civil mediante atuação em fóruns e redes. FBSAN e Articulação Fluminense de SAN. Participação nas conferências estadual e nacional de SAN e monitoramento da implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Essas atividades serão financiadas pelas agências Caid, Action Aid, Talher Nacional, Heifer e Cese pelos próximos três anos.
- **Capacitação** – Capacitar atores sociais que atuam com a questão alimentar, de forma a aprimorar sua compreensão conceitual e o conhecimento de políticas públicas relacionadas com o tema da SAN. Fortalecer as articulações das organizações participantes. Propiciar a identificação de ações possíveis a serem desenvolvidas conjuntamente pelas organizações.

- **Estudos e pesquisas** – *Repercussões do programa Bolsa Família na SAN das famílias beneficiadas e Pesquisa Nacional de Consumo Alimentar e Perfil Nutricional de Escolares*, cujo objetivo é subsidiar e qualificar a argumentação para aperfeiçoamento das políticas públicas de SAN. Essas pesquisas são financiadas, respectivamente, pela Finep (18 meses de duração) e Finep/FNDE (um ano).
- **Incidência em políticas públicas** – Constituir políticas públicas de SAN sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada. Essas políticas devem ser construídas a partir da atuação do Consea Nacional e do Consea RJ como órgãos de concertação entre governo e sociedade.

5 Alternativas Democráticas à Globalização

Esta linha programática foi criada em função da avaliação dos efeitos negativos do fenômeno da globalização, cujas práticas nos países em desenvolvimento foram reunidas sob a égide do Consenso de Washington. Esse receituário de medidas macroeconômicas e estruturais (desregulamentação da economia, privatização de empresas estatais, liberalização, redução do Estado e diminuição do espaço de deliberação coletiva e cidadã) prometia o crescimento e o desenvolvimento dos chamados mercados emergentes a partir dos parâmetros estabelecidos pelas potências econômicas do Hemisfério Norte. A promessa não se cumpriu e deixou uma herança nefasta nessas regiões: a piora das já precárias condições de vida das populações e o aumento do chamado déficit democrático.

Assim, em 2004, a partir do reconhecimento da importância da cooperação regional tanto na sua dimensão estratégica e política como em sua fundamentação em preceitos de solidariedade que inspiram o diálogo entre os povos, o Ibase iniciou diversos projetos que têm buscado fortalecer o movimento de consolidação de uma nova ordem mundial baseada no multilateralismo e em regras democráticas de governança global. Em 2007, o Ibase reafirma sua tradição de colaboração na radicalização da democracia, na diminuição das desigualdades sociais e na construção de sociedades mais justas nas quais a cidadania é exercida em respeito à diversidade e a partir dela. As ações descritas a seguir buscam, em última instância, colaborar para a elaboração de alternativas de desenvolvimento, tanto nacionais como regionais, que possam constituir uma ameaça real ao capitalismo global e permitam a inclusão social e uma melhor relação das pessoas com os bens comuns da natureza. A dimensão política, nesse caso, é indissociável, o que leva à luta pela formação de um espaço público criado pelo exercício da cidadania ativa, a partir do diálogo na diferença.

Ações Estratégicas

- **Projeto Diálogo entre os Povos** – Este projeto foi iniciado há dois anos com países principalmente da África Austral e do Mercosul, a partir da constatação de que a América Latina e a África encontram-se inseridas, historicamente, em posições semelhantes, em razão da dinâmica do capitalismo global. Tal semelhança causou a reprodução de alguns padrões relativos às condições sociais, econômicas e, em certa medida, políticas, dos países nos dois continentes. O projeto busca, assim, aprofundar o diálogo Sul-Sul para a construção de uma agenda comum que reúna propostas

alternativas para um desenvolvimento regional sustentável e redistributivo e que represente uma ameaça concreta ao capitalismo. Suas entidades de referência são o Ibase e o Alternative Information and Development Center (AIDC), da África do Sul. Em 2006, a realização do seminário “Terra e Bens Comuns da Natureza” – ocorrido na Escola Nacional Florestan Fernandes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com a participação de 60 representantes de organizações de três países latino-americanos (Uruguai, Argentina e Paraguai) e oito países africanos (Malawi, África do Sul, Moçambique, Mauritius, Zimbábwe, Zâmbia, Namíbia, Swazilândia), além de 12 organizações brasileiras – aponta para novos objetivos em 2007, entre os quais está a necessidade de ampliar a articulação entre os movimentos e as organizações tanto da África como da América Latina. Uma nova rodada de discussões será realizada durante o Fórum Social Mundial em Nairóbi (Quênia), em janeiro de 2007. Na mesma ocasião, será realizado o segundo seminário do projeto, com o tema trabalho/emprego. Este projeto é financiado pela Novib.

- **Diálogo sobre os Desafios da Ação Política na Contemporaneidade** – Esta iniciativa é um desdobramento do projeto Agenda Pós-neoliberal e foi pensada a partir dos documentos produzidos e dos seminários realizados para a discussão de alternativas ao modelo neoliberal. Concentra-se no diagnóstico das conseqüências políticas produzidas a partir do processo de implementação do capitalismo global neoliberal em suas mais diversas dimensões.

Em 2007, esta iniciativa buscará a reunião de esforços globais para reflexão a respeito de alternativas para a criação de ações políticas contestadoras e desafiadoras das condições vigentes, visto que a consagração do modelo liberal de civilização, focado no indivíduo e com a total desvalorização e ruptura dos tecidos de solidariedade e da ação coletiva, levou a um empobrecimento das práticas democráticas e, principalmente, à promoção de uma cidadania de baixa intensidade, desprovida das suas dimensões éticas, além das estratégias de organização e representação que contribuam para uma sociedade efetivamente democrática.

Com o intuito de criar tais alternativas, pretende-se aprofundar a articulação entre os diferentes membros da sociedade civil, movimentos sociais, representantes de governo e intelectuais; identificar o contexto de transformação política e social em que vivemos, a partir de um esclarecimento conceitual e de um mapeamento de planos de ação que levem a propostas alternativas de luta política; e definir um conjunto de ações políticas alternativas para a democratização dos espaços públicos, nos planos nacional e global. Dois seminários serão realizados em janeiro de 2007: “Espaço Público, Democracia e Desenvolvimento na América Latina: os desafios do fazer política” (Rio de Janeiro) e “Ser Esquerda Hoje: diálogo entre militantes!” (Fórum Social Mundial, Nairóbi). Essas atividades serão financiadas pela Fundação Rosa Luxemburgo.

6 Processo Fórum Social Mundial

O Ibase participa ativamente do Processo Fórum Social Mundial (FSM) desde o primeiro evento, em 2001, e mantém com ele um compromisso político e institucional. O Processo FSM é um dos principais espaços de fortalecimento da cidadania planetária na luta contra o neoliberalismo e na crença de que “um outro mundo é possível”. Herdeiro das grandes manifestações altermundialistas

de Seattle e Gênova, o Processo FSM tem permitido que a “sociedade civil” seja reconhecida como um ator importante na agenda pública mundial, elemento capaz de se opor às forças econômicas, políticas e culturais hoje hegemônicas.

O Ibase atua diretamente em algumas das instâncias de facilitação do processo e está empenhado em seu fortalecimento e na ampliação de sua capacidade de contribuir para uma maior incidência de redes e movimentos na construção de um mundo com justiça social, equidade, solidariedade, sustentabilidade e paz. Para a realização do primeiro evento FSM na África, torna-se ainda mais relevante garantir a participação de perspectivas, atores, temas e regiões ainda ausentes ou presentes de forma insuficiente no processo. O desafio que se apresenta é contribuir para que, em meio à diversidade de atores e perspectivas envolvidos no Processo FSM, possam ser construídas agendas comuns que ampliem a capacidade de enfrentamento do neoliberalismo e de formulação de alternativas efetivas.

Ações estratégicas

- **Fortalecer e ampliar a capacidade de construir agendas comuns de ação pública e política** – A valorização da diversidade de atores, temas, entidades e países que integram o Processo FSM fortalece nossa capacidade de enfrentamento do neoliberalismo e de formulação de alternativas. Para tanto, o Ibase pretende coordenar pesquisas e estudos vinculados à construção da memória do FSM, com o objetivo de produzir material relevante para e sobre o próprio processo, com informações para o seu fortalecimento. Além disso, a Instituição deseja participar ativamente nas Comissões de Metodologias e Conteúdos e de Expansão e Recursos.
- **Expandir o processo FSM** – Isso permitirá que novos países, temas, grupos e movimentos participem e estejam presentes. Assim, esta ação estratégica participará ativamente nos eventos e no Processo FSM, com a realização de diversas atividades em cada edição do evento vinculadas aos temas trabalhados no Ibase. Haverá a participação também no coletivo brasileiro responsável pela facilitação do processo e pelo acompanhamento do escritório do FSM.
- **Ampliar a capacidade de incidência política dos movimentos sociais altermundialistas e da cidadania planetária** – O objetivo é facilitar a participação de grupos de base do Brasil nos eventos FSM.

7 Economia Solidária

A economia solidária se afirma como o campo no qual se organiza o segmento de trabalhadores e trabalhadoras não-assalariados em torno do reconhecimento e da efetivação de direitos pertinentes ao trabalho associado, cuja relevância social e econômica não pode mais ser negligenciada. Ela prioriza o sentido distributivo, que é assegurado pela gestão coletiva de recursos. Também dá atenção à cidadania reivindicada sobre os mecanismos de produção e distribuição da riqueza, operados não só via Estado, mas também pelo mercado.

A atuação desta linha programática procura fortalecer o tecido associativo da economia solidária por meio da produção e divulgação de informações e argumentos e da articulação dos diferentes atores desse campo em fóruns e redes. Além disso, busca dar visibilidade pública e promover o direito ao trabalho associado. O Ibase vem atuando no campo da economia solidária desde 2000, quando realizou a pesquisa sobre autogestão e indústrias recuperadas em parceria com a Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (Anteag). Desse ano até hoje, o Ibase teve papel importante na organização do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), no processo do mapeamento nacional da economia solidária, na organização da economia solidária no processo FSM e na articulação da economia solidária com o tema da segurança alimentar, por meio da pesquisa realizada em 2006 sobre os impactos das atividades de financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Crédito) na sustentabilidade desse segmento.

Em 2007, o Ibase desenvolverá nova pesquisa com base no Sistema Nacional de Informação de Economia Solidária, com o intuito de favorecer o processo de institucionalização desse segmento. O objetivo da pesquisa é produzir uma tipologia dos empreendimentos econômicos e solidários, levantamento e análise de políticas públicas e desenvolvimento de metodologia para formação de cadeias e redes solidárias. Além disso, será um ano decisivo para a afirmação do FBES como um ator nacional da economia solidária, com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária e a necessidade de mobilização e unidade para se alcançar maior incidência sobre as políticas públicas. No primeiro semestre de 2007, ocorrerá a IV Plenária Nacional de Economia Solidária.

Ações estratégicas

- **Projeto Estudos sobre Autogestão e Economia Solidária** – É um desdobramento do trabalho realizado pelo Ibase no mapeamento nacional da economia solidária e de sua participação no FBES. A partir do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, o Ibase desenvolverá uma série de produtos para subsidiar a formulação de políticas e o movimento da economia solidária. Esse projeto conta com o financiamento do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).
- **Fortalecimento do FBES** – O Ibase está na origem do FBES e, desde então, é membro de sua coordenação nacional. O Ibase também atua em dois grupos de trabalho do FBES: Mapeamento, responsável por produzir informações, em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do MTE, sobre o setor no país; e Relações Internacionais, que se dedica à criação de articulações internacionais do campo da economia solidária. Em 2007, o Ibase se esforçará para consolidar e ampliar a atuação do FBES como articulador do movimento de economia solidária no país, por meio de sua reestruturação para a realização da IV Plenária Nacional de Economia Solidária. O Ibase faz parte do comitê organizador do evento. Além disso, o Ibase buscará garantir maior incidência do FBES no Conselho Nacional de Economia Solidária, ao qual procurará dar maior peso institucional.

Outras atividades incluem a incidência em políticas públicas para a economia solidária, a partir do trabalho realizado pelo Ibase com o Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária; o apoio e o reforço à mobilização de trabalhadores(as) em torno de empreendimentos

associados ou cooperativados, com destaque para atuação no Fórum de Cooperativismo Popular do Rio; e o apoio ao processo de organização da Rede Intercontinental de Economia Social e Solidária (Ripess), em particular sua estruturação na América Latina.

8 Desenvolvimento e Direitos

O debate em torno de estratégias, projetos e modelos de desenvolvimento tem sido apontado como um dos grandes desafios para a sociedade brasileira. Porém, o que se entende por desenvolvimento é algo bastante difuso e controverso, mesmo quando adjetivado com os termos sustentável, democrático, inclusivo etc. O questionamento sobre o desenvolvimento que se quer para o Brasil (e para a América Latina) deve ter como ponto de partida uma reflexão de fundo capaz de construir alicerces para uma nova “convenção”, pautada por valores e princípios que superem a idéia de desenvolvimento como modernização tecnológica mimética, como adoção de padrões de consumo equivalentes aos países do norte, como um conceito que carrega em si a falsa idéia de que a dicotomia desenvolvimento/subdesenvolvimento pode ser superada caso se trilhe o mesmo caminho dos países “desenvolvidos”, a partir da adesão ao receituário da vez.

O comportamento dos investimentos públicos e privados revela o tipo de desenvolvimento em curso e seus beneficiários. Esta linha nasce com o objetivo de democratizar os principais agentes públicos de fomento ao desenvolvimento, iniciando pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com o objetivo de problematizar e construir alternativas ao “crescentismo” que não altera o padrão concentrador de renda da economia brasileira. Trata-se de configurar o desenvolvimento como um processo de invenção, de exercício democrático da criatividade coletiva, comprometido com a concretude de um determinado território e enraizado no seu processo histórico e cultural. Esse é o ponto de partida desta nova linha programática do Ibase.

Para além do projeto Democratização dos Vetores do Desenvolvimento Nacional, que representa o eixo de ação desta linha, o Ibase reconhece a necessidade de avançar na reflexão sobre a relação entre desenvolvimento e integração regional, no que diz respeito aos projetos de infra-estrutura que se apresentam como projetos de desenvolvimento regional – como no caso dos projetos da IIRSA. Por sua dimensão e abrangência, esses projetos são capazes de consolidar uma determinada trajetória de desenvolvimento estruturando cadeias de comércio que atendem aos interesses de grupos e setores econômicos, e não à sociedade como um todo, além de serem altamente impactantes do ponto de vista socioambiental.

A partir dessas perspectivas, o Ibase pretende incidir no debate sobre estratégias de desenvolvimento que efetivem direitos, pressionando para que a construção desse projeto de nação inclua amplos setores da população nos espaços de concertação e de decisões políticas e econômicas. Como destaques de ações previstas para 2007 está a realização de dois seminários. Um deles será voltado para elaborar, com diferentes organizações e movimentos sociais, uma proposta de agenda mínima do desenvolvimento para o BNDES. A outra iniciativa pretende trazer para o debate público a questão do modelo energético a partir das discussões em torno à construção do

complexo hidrelétrico no rio Madeira. Além disso, o boletim eletrônico *Desenvolvimento, Democracia e Direito*, publicado pelo Ibase para o monitoramento social do BNDES, está consolidado como instrumento de produção e difusão de informações e conhecimento sobre a atuação do banco e a questão do desenvolvimento. Em 2007, o Ibase pretende ampliar a visibilidade e o público desse boletim eletrônico.

Ações estratégicas

- **Projeto Democratização dos Vetores do Desenvolvimento Nacional** – Diz respeito ao trabalho do Ibase, em articulação com a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e outros parceiros, iniciado no fim de 2004, para democratizar o BNDES por meio da ampliação e aperfeiçoamento dos mecanismos de transparência e controle social sobre as políticas operacionais do banco. Um de seus objetivos é incluir na pauta de diálogo com o BNDES os temas que são prioridades nas agendas do Ibase e de seus parceiros e que são centrais na defesa de um desenvolvimento inclusivo e ambientalmente responsável, assegurando o recorte de gênero e raça e contemplando a dimensão regional de atuação do banco (a exemplo da IIRSA). Esse projeto conta com o financiamento da Fundação Ford até setembro de 2007.

9 Observatório da Cidadania: Direitos e Diversidade

A partir da reformulação da antiga linha programática Monitoramento de Políticas Públicas, esta linha passa a incorporar o trabalho tradicionalmente desenvolvido pelo Ibase na área de direitos, reforçando essa perspectiva e dando mais visibilidade ao tratamento das questões de desenvolvimento social como parte do repertório dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. A partir da promoção de uma cultura de direitos e do fortalecimento da capacidade de incidência das organizações e movimentos sociais sobre as políticas públicas, esta linha programática tem como eixo o combate às desigualdades sociais, especialmente aquelas relativas a gênero, raça e orientação sexual. Na conjuntura política atual (incertezas quanto aos rumos do segundo mandato do governo do presidente Lula e interrogações sobre o cenário internacional), as organizações e os movimentos sociais tendem a aumentar as pressões por políticas públicas mais redistributivas, em sintonia com a universalização dos direitos, e a intensificar a pressão política pelo aprofundamento do próprio processo de democratização, lutando pela ampliação dos mecanismos de democracia direta e participativa.

Esta linha programática se propõe a incidir em tal processo pela promoção da assimilação de uma cultura de direitos e de responsabilidade cidadã na sociedade brasileira como condição essencial para o aprofundamento do processo de democratização. Para isso, utilizará desde ações de sensibilização até instrumentalização de cidadãos(ãs) e organizações para o exercício da participação e do controle social. Desenvolverá campanhas públicas,

indicadores de cidadania, formação, capacitação, articulação de organizações e movimentos, além de pesquisas, análises de políticas e criação de espaços de debate, de elaboração de argumentos e propostas de políticas públicas para a promoção da igualdade e afirmação e garantia dos direitos.

Em 2007, as principais ações desta linha programática darão destaque ao combate ao racismo e à discriminação, através do projeto Diálogos contra o Racismo e da campanha “Onde você guarda o seu racismo?”, e ao espaço de articulação, qualificação das organizações da sociedade civil (em âmbito nacional e internacional), promoção de debates e ações para a adoção e implementação de políticas para a superação da pobreza e promoção da equidade, que é representado pelo projeto Observatório da Cidadania/Social Watch.

Pretende-se, além disso, aprofundar a atuação entre entidades de direitos humanos, cujo número tem crescido significativamente, criando, assim, uma excelente oportunidade para o fortalecimento do tecido associativo nesse campo. Entre as ações estratégicas estão a atuação do Ibase na consolidação do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos, no fomento à articulação de movimentos e entidades, e em processos educativos, formativos e de disseminação de conhecimentos. Em 2007, a prioridade será desenvolver metodologias para produzir indicadores de cidadania nacionais que possam ser utilizados como instrumentos de pressão e negociação de políticas públicas e indicativos da situação da efetiva implementação dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (Descas) no país, ampliando o trabalho de produção de indicadores que já vem sendo realizado com sucesso, desde 1996, no âmbito internacional.

Nesse sentido, a longa experiência e o acúmulo do Ibase em educação a distância demonstraram o seu potencial na instrumentalização de cidadãos e cidadãs para a exigibilidade de direitos e para o desenvolvimento de suas capacidades de controle social.

Ações estratégicas

- **Promoção de direitos e participação** – Para o Ibase, a luta pelos direitos humanos é estratégica e estruturante para a construção da democracia e do desenvolvimento com equidade e sustentabilidade social e ambiental. A constituição do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos foi um momento fundamental para a organização política de um movimento de direitos humanos independente e democrático. Esse movimento deve lutar para que os movimentos sociais sejam protagonistas da luta pela democracia, pelos direitos e pelo desenvolvimento, especialmente os movimentos feministas, anti-racistas e de consciência negra, indígena e indigenista, de juventude, de comunidades marginalizadas e outros que sempre tiveram sua expressão política e social sufocada ou esquecida. Em virtude de sua origem e história de luta, o Ibase está credenciado para ser uma das entidades coordenadoras do processo de constituição e fortalecimento desse fórum, posição que ocupa há dois anos.

Em 2007, o Ibase continuará atuando no fórum, ao mesmo tempo em que atuará na organização e reorganização de fóruns estaduais como meio de estimular a participação de entidades e movimentos de base. Atenção também será dada à criação de conselhos estaduais e nacional de direitos humanos. O Ibase continuará, ainda, a manter, animar e desenvolver o portal do Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos e produzirá, ao fim do ano, uma avaliação qualitativa da situação dos direitos.

- **Observatório da Cidadania** – O Observatório da Cidadania é parte de uma coalizão de mais de 400 organizações da sociedade civil em mais de 60 países, criada em 1995, para lutar pela erradicação da pobreza e pela igualdade de gênero e raça. Para isso, utiliza mecanismos de monitoramento, avaliação de políticas públicas, articulação e mobilização da sociedade civil e *advocacy* nos âmbitos nacionais e internacionais. Anualmente, publica um relatório da sociedade civil sobre desenvolvimento social de altíssima credibilidade. No Brasil, o grupo de referência responsável pela iniciativa tem a participação das ONGs Inesc, Cfemea, Cesec/Ucam, Criola, Rede Dawn e Fase, sendo a coordenação executiva exercida pelo Ibase desde 1996 e financiado pela Novib desde então.

Em 2007, no âmbito nacional, o Ibase quer fortalecer o Observatório da Cidadania como espaço plural, de troca de experiências, debate e articulação, retomando a realização sistemática de *workshops* e iniciando a produção de indicadores de cidadania nacionais, a serem divulgados na publicação anual. Além disso, o Ibase continuará a participar do Fórum Brasil de Orçamento, da InterRedes Direitos e Política e do Fórum Nacional de Participação Popular, colaborando especialmente para fortalecer a construção de estratégias de intervenção e a mobilização para uma reforma ampla do sistema político, com participação popular.

No âmbito global, em relação ao enfrentamento dos constrangimentos internacionais ao desenvolvimento e à efetivação dos direitos, continuaremos desenvolvendo uma pesquisa com especialistas e organizações da sociedade civil de vários países sobre o déficit democrático na gestão e nos mecanismos de tomada de decisões das instituições financeiras multilaterais, em especial, mas não exclusivamente, do Banco para Liquidações Internacionais (BIS). O projeto Liberalização Financeira e Governança Global: O Papel dos Organismos Internacionais é financiado pela Fundação Ford.

- **Diálogos contra o Racismo** – Essa iniciativa nasceu em 2001, por ocasião da preparação para a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, realizada pela ONU. Na época, levou cerca de 40 organizações da sociedade civil brasileira, reunidas pelo Observatório da Cidadania e pela Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), a iniciar um processo de diálogos sobre as relações raciais no Brasil, mobilizando um amplo leque de organizações (e não exclusivamente aquelas dos movimentos negros) em torno de uma agenda anti-racista no Brasil. No fim de 2003, a experiência dos Diálogos se expandiu para toda a sociedade brasileira. Em dezembro de 2004, foi lançada a campanha “Onde você guarda o seu racismo?”.

Em 2007, pretende-se ampliar ainda mais o alcance da campanha na mídia e na população e seguir com o aprofundamento do debate público com a produção de uma pesquisa de percepção sobre as relações raciais e processos de discriminação racial, incidência em processos de debate e formulação de políticas públicas anti-racistas e de combate ao racismo institucional, o desenvolvimento de novos materiais destinados a atividades de sensibilização/capacitação para públicos segmentados, com prioridade para escolas, empresas privadas e órgãos públicos, e peças de vídeo e rádio para a campanha “Onde você guarda seu racismo?”.

Os Diálogos continuarão participando da Chamada Global contra a Pobreza, garantindo nessa iniciativa a presença da questão racial como um elemento fundamental na reprodução da pobreza e das desigualdades. O Ibase está na coordenação executiva dessa iniciativa desde 2001.

- **Fortalecimento de militantes, lideranças e entidades** – Um instrumento de formação e educação que o Ibase utiliza há mais de dez anos é a educação a distância. Foi pioneiro nesse uso com um curso para formação de professores(as) em 1996 e com cursos sobre orçamento público. Para o Ibase, o uso de tecnologias educativas é um meio de difundir e possibilitar a construção de conhecimentos para a ação política e social. Nesse sentido, dará sustentação ao curso de orçamento público e o difundirá, ao mesmo tempo em que introduzirá uma nova metodologia de trabalho educativo em parceria com outras entidades e movimentos para a difusão e a facilitação de acesso ao conhecimento na área de direitos.

Em 2007, organizará, em parceria com o MST, um curso sobre direitos humanos econômicos, sociais, culturais e ambientais, voltado ao fortalecimento da ação de defensores(as) de direitos humanos. Em parceria com Cfemea e a Contag, organizará um curso sobre os direitos das mulheres. O uso de tecnologias comunicativas será também ampliado na iniciativa Diálogos contra o Racismo, com a produção e veiculação de uma série de programas de rádio. No mesmo sentido de difusão e uso de tecnologias, o Ibase criará um portal na Internet para apoiar ações em parceria para a formação e reflexão de temas e atividades de interesse das redes e articulações das quais participa.

O curso de educação a distância “Controle Social do Orçamento Público” (três módulos) possui financiamento da Fundação Ford até setembro de 2007.



Estratégias institucionais

As estratégias institucionais visam criar condições de viabilidade e sustentabilidade política e econômica para o Ibase. Também pretendem garantir a qualidade, a eficiência e a eficácia de sua intervenção. Têm por base nodos internos de trabalho que agrupam equipes e atividades afins de comunicação, de tecnologia de informação e metodologias de investigação, de relações institucionais e mobilização de recursos, de administração e serviços operacionais. As estratégias institucionais conectam o Ibase como um todo, numa espécie de infra-estrutura potencializadora do coletivo. A partir de 2007, a novidade dos “temas geradores” e dos “fóruns temáticos”, envolvendo todo o Ibase de forma transversal, passa a fazer parte da estratégia institucional intitulada Desenvolvimento Institucional. Para extrair o máximo de si mesma, é fundamental que essa estratégia institucional faça com que os “fóruns temáticos” funcionem como uma espécie de cimento que una o conjunto do Ibase.

Como parte do Plano Anual 2007, apontam-se, para cada estratégia institucional, o modo de sua organização e as atividades prioritárias, para além da rotina, que merecerão especial atenção.

1 Desenvolvimento institucional

Até o último ano, sob o nome de Desenvolvimento Institucional ficavam agrupadas as atividades muito específicas e pontuais de responsabilidade direta da direção. Discutindo as conclusões e recomendações da avaliação institucional realizada, em particular a idéia de identificar e trabalhar temas geradores que perpassam a proposta do Ibase, criou-se um consenso interno no sentido de transformar isso em atividade central no Desenvolvimento Institucional. Assim, já a partir de 2007, a implementação das reflexões e debates internos em torno aos temas geradores passam a fazer parte desta estratégia institucional.

Como um novo método de trabalho, envolvendo todo o Ibase, todas as equipes e seus membros, foram definidos três fóruns temáticos, tendo em comum a referência à democracia e aos direitos humanos, diferenciando-se no destaque da questão estratégica a ser aprofundada. São questões teórico-políticas emanadas dos objetivos e da intervenção concreta. Para cada fórum é apontado um tema gerador. Todos e todas deverão estar em ao menos um fórum, dedicando tempo de trabalho individual (leituras) e coletivo (oficina mensal de debates). Associados, parceiros próximos e colaboradores serão mobilizados para tornar os fóruns temáticos, em si mesmos, um modo de ação e intervenção social ao mesmo tempo em que criam condições para maior formação interna e densidade política das propostas.

Ações estratégicas

- **Fórum Democracia, Direitos Humanos e Cidadania Ativa** – Com o tema gerador “atuação em redes, fóruns e conselhos e incidência em políticas”, tem como objetivo desenvolver uma reflexão estratégica, a partir da prática do Ibase e do campo democrático popular, sobre o modo de ação política desses espaços. Busca, ainda, motivar e envolver entidades parceiras e colaboradores institucionais nessa reflexão, além de refinar orientações teórico-metodológicas e políticas para a ação do Ibase.

- **Fórum Democracia, Direitos Humanos e Desenvolvimento** – Com o tema gerador “integração regional e alternativas de desenvolvimento”, tem como objetivo articular as diferentes iniciativas do Ibase em torno à integração e produzir um pensamento mais consistente sobre o regionalismo para um desenvolvimento democrático e sustentável. Conseqüentemente, busca fortalecer a presença do Ibase nos espaços de reflexão e ação na América do Sul.
- **Fórum Democracia, Sistemas de Dominação e Desigualdades Sociais** – Com o tema gerador “desigualdades raciais e de gênero e políticas públicas”, tem como objetivo identificar e sistematizar a produção teórica e política, bem como seus atores, sobre dominação e desigualdades raciais e de gênero, dando mais centralidade e visibilidade ao tema nas diferentes atividades do Ibase.

2 Indicadores e Gestão da Informação

A constituição dessa estratégia deu-se em meados de 2003, sob a preocupação de levar a instituição a aproveitar melhor sua capacidade de produzir informações não só de suas análises, mas também sobre si mesma. Em 2006, a área de Tecnologia da Informação foi abarcada, e essa estratégia recebeu o atual nome.

O objetivo dessa coordenação é desenvolver metodologias de trabalho que sejam, ao mesmo tempo, rigorosas e dinâmicas em relação aos processos que envolvem os diferentes projetos institucionais. Dentro do escopo dessa metodologia, incluem-se o trabalho de estudo de certos fenômenos sociais, discussão sobre as hipóteses para a elaboração das pesquisas, elaboração de seus instrumentos, estratégias de aplicação e análise dos dados apurados. O cumprimento desses objetivos permite que o Ibase se torne uma instituição mais forte no tocante às suas intervenções.

Esses trabalhos têm se transformado na mais importante tarefa dessa coordenação, aproveitando ao máximo a capacidade institucional de análise e a qualificação do discurso para a intervenção política na sociedade e entre os decisores políticos.

Ademais, as transformações que a tecnologia impõe ao mundo criam a necessidade – não só para o Ibase, mas para as populações vulneráveis no Brasil – de que as implicações de tais mudanças recebam uma resposta à altura. São aspectos com os quais o Ibase não poderia deixar de se envolver: o debate sobre o acesso à informação em suas diferentes formas associado à questão do direito à cidadania, o debate sobre propriedade intelectual e a difusão da idéia do compartilhamento do conhecimento como caminho para a construção da cidadania.

Ações estratégicas

- **Gerenciamento de projetos em *software* livre** – Em 2007, uma das prioridades é finalizar a implementação de um sistema de gerenciamento de projetos em *software* livre cujos objetivos são: dar mais transparência às ações da instituição, aumentar o sentimento de pertencimento dos(as) funcionários(as) pelo compartilhamento da informação e de uma percepção mais

concreta do impacto de suas ações sobre o conjunto do Ibase. Tal sistema, por ser em código aberto, estará disponível para outras instituições tirarem proveito, como o próprio Ibase fará, sem qualquer custo adicional.

- **Metodologia de pesquisa** – Essa ação busca contribuir na construção de metodologias de trabalho para projetos que têm como uma de suas etapas a realização de pesquisas de campo com o próprio público afetado pela política. Nesse aspecto, o Ibase está envolvido com os trabalhos de pelo menos três outras coordenações institucionais, contribuindo na área de metodologia.
- **Pesquisa Fórum Social Mundial** – Pesquisa e análise do Fórum Social Mundial é outro caminho ao qual a coordenação se dirigirá. Assim, o Fórum poderá contar com dados sobre sua dimensão, opinião e perfil dos(as) participantes. Esse trabalho permite que o Conselho Internacional do Fórum e pesquisadores(as) ao redor do mundo se aproveitem dessas informações e construam massa crítica de análise sobre o evento.

3 Comunicação

Intervir no debate público é o objetivo da coordenação de Comunicação do Ibase. Para isso, atua estrategicamente para dar visibilidade a argumentos que qualifiquem e promovam temas ligados à missão institucional, em especial, ao fortalecimento da democracia. Além disso, a comunicação também representa uma ação política aglutinadora de toda a instituição.

É importante ressaltar que comunicação – especialmente quando se trata daquela produzida por uma organização de cidadania ativa – é muito mais que transmitir informações. É fundamentalmente dispor de uma estrutura que utilize as técnicas comunicacionais para agregar e tornar visível uma agenda comum de luta cidadã, articulando redes e sujeitos sociais. Isso requer principalmente identificar as estratégias que podem levar essa agenda ao conhecimento de um público mais amplo, indo além daqueles e daquelas que já compartilham dos nossos ideais. Em suma, uma comunicação que não poderá nunca se afastar do objetivo de articular as lutas e iniciativas da sociedade civil organizada, estabelecendo para isso meios que sejam capazes de ganhar espaço no debate público.

Ações estratégicas

- **Assessoria de imprensa** – Garantir a inserção dos temas trabalhados pelo Ibase, assim como o resultado dos projetos desenvolvidos nas linhas programáticas, em veículos de grande mídia, incentivando que sejam elaboradas análises ligadas às conjunturas nacional e internacional.
- **Campanhas** – Aumentar a visibilidade do Ibase em relação ao grande público, com peças de divulgação (cartazes, fôlderes, anúncios etc.). As campanhas deverão incluir argumentos elaborados pela instituição e que possam ser repercutidos pelas mídias próprias e também mídias comerciais. Essa iniciativa é uma estratégia realizada com a coordenação de Relações Institucionais.

- **Mídias próprias** – Dar continuidade à produção de livros, boletins temáticos e das publicações *Informe Ibase*, revista *Democracia Viva*, *Jornal da Cidadania* e o portal do Ibase <www.ibase.br>. Também existe a possibilidade de o Ibase voltar a ter uma coleção de livros a ser comercializada em livrarias em outros pontos externos.
- **Atuação nas linhas programáticas** – Intensificar a interface com as linhas programáticas, buscando extrair fatos e argumentos que possam ser apropriados pelas técnicas de comunicação e levados ao debate público. Busca também propiciar a elaboração de um planejamento de comunicação que possa ser desenvolvido anualmente, sempre de acordo com o andamento dos projetos e iniciativas das linhas programáticas.
- **Integração com estratégia de relações institucionais** – Aprimorar a utilização de mídias próprias como instrumentos de relações institucionais, especialmente o *Informe Ibase* e o portal do Ibase, para auxiliar na busca pela sustentabilidade político-financeira da instituição. Também a retomada das campanhas públicas é vista como potencializadora das atividades que buscam o apoio da sociedade brasileira e das agências de cooperação.

4 Relações Institucionais

Desde sua fundação, o Ibase dedica especial atenção à questão da captação de recursos e à consolidação de uma ampla rede de instituições parceiras, colaboradores e amigos. A partir de 2003, essas atividades se aglutinam em uma estratégia institucional (EI) – a Coordenação de Relações Institucionais –, cujo objetivo principal é aprofundar o pacto político solidário entre o Ibase e seus parceiros e, por meio dessa ação, renovar as condições de sustentabilidade política e financeira da instituição. Além de administrar as parcerias institucionais com fundações e agências internacionais, agências brasileiras, governos e empresas, essa coordenação tem dado especial atenção à mobilização de recursos na sociedade brasileira, com a continuação da campanha Amigos(as) do Ibase.

Em 2007, a coordenação deverá estruturar sua intervenção no campo da cooperação de maneira propositiva e integral, em colaboração com as EIs de Administração e Finanças e Comunicação. Para tal, deverá proceder a uma revisão da história de cooperação do Ibase com seus parceiros, renovar as condições de sustentabilidade política e financeira pela análise das tendências atuais da cooperação internacional e brasileira, e continuar a investir na mobilização de recursos locais.

Ações estratégicas

- **Cooperação internacional** – O foco das atividades em 2007 será a expansão de parcerias nos Estados Unidos.
- **Cooperação no Brasil** – Em 2007, o Ibase dirigirá sua atenção para a crescente filantropia brasileira, com ações de mapeamento e estratégias de relacionamento e parcerias.

- **Mobilização de recursos na sociedade brasileira** – O Ibase continuará a estimular a cultura de doação (doadores individuais e empresariais) no Brasil. Também será feita uma pesquisa sobre o perfil dos(as) Amigos(as) do Ibase.
- **Mobilização interna** – A proposta é formular estratégias para mobilização de recursos não financeiros e para a internalização e incorporação de atividades de mobilização de recursos no conjunto do Ibase.

5 Administração e Finanças

De forte caráter operacional, é uma estratégia institucional que dá o suporte necessário, a partir de sua estrutura organizativa, aos aspectos legais e fiscais necessários ao funcionamento do Ibase. Atende à gestão de pessoas, gestão financeira, programas e projetos, gestão contábil e condições de infra-estrutura e logística.

Em sua dimensão político-cultural, essa coordenação acompanha o uso dos recursos financeiros e oferece visibilidade às ações políticas do Ibase por meio da publicação do balanço social da instituição, além de apoio ao treinamento de pessoal, que passa pela atualização permanente em técnicas de utilização de meios eletrônicos, aperfeiçoamento profissional e domínio de outros idiomas.

Ações estratégicas

- **Políticas funcionais** – Avaliação de desempenho eficiente e eficaz com perfil social, racial e de gênero, que poderá ser um instrumento de motivação dos(as) funcionários(as).
- **Software Livre** – Implantação do sistema de automação com migração de outros sistemas já existentes, o que levará à melhora do fluxo de informações, transparência e sustentabilidade financeira no acompanhamento dos projetos e otimização do tempo.

Equipe do Ibase

Ana Cristina Bittencourt
Ana Cristina Xavier
Ana Matos
Anilsa Ferreira Alcântara
Antonia Rodrigues
Athayde Motta
Cândido Grzybowski
Carlos Costa Filho
Carlos Tautz
Cassio Martorelli
Ciro Torres
Cláudia Mansur
Cosme Elias da Silva
Cristina Lopes
David Faustino Pereira
Diego Heredia
Dulce Pandolfi
Edmar Gadelha
Elaine Amaral de Mello
Elizabeth Cavalheiro
Eugênia Motta
Fernanda Carvalho
Flávia Mattar
Francisco Menezes
Gamaliel de Araújo Silva
Geni Macedo
Iracema Dantas
Iris Patricia Batista
Itamar Silva
Jamile Chequer
João Sucupira
João Gomes Soares
João Roberto Lopes Pinto
Juciara Oliveira Cruz
Leonardo Mélo
Lilia Barcelos Pimentel
Luciana Badin
Luciano Cerqueira
Luzmere Maria Demoner
Manoela Roland
Márcia Tibau
Maria de Fátima Moreira Souza
Maria Inês Carvalho Gouveia
Maria do Socorro Oliveira do Nascimento
Maria Nakano

Maria Edileuza Matias Miranda
Mariana Santarelli
Maurício Santoro
Moema Miranda
Nubia Gonçalves
Nahyda Franca
Patrícia Lanes
Raimundo Dumas Filho
Rosângela Bueno
Rozi Judith Billo
Sheila Pereira de Oliveira
Verônica Cristina dos Santos
Vívian Braga

Estagiários(as)

Beatriz Gredilha
Carolina Rabelo
Marcelo Filgueiras
Marina Ribeiro

Menor aprendiz

Taiane Ribeiro de Souza

Associados(as)

Adhemar Mineiro	Jorge Eduardo S. Durão	Ricardo Rezende
Agop Kayayan	Jorge Romano	Rosana Heringer
Agostinho Guerreiro	José Márcio Camargo	Rosilene Alvim
Alberto Ercílio Broch	Jose Roberto Novaes	Rousseau Leão C. Filho
Alcione Araújo	José Sergio Leite Lopes	Rubem César Fernandes
André Spitz	Joyce Silveira P. de Jesus	Sebastião Soares
Antonio Carlos M. Gomes	Jurandir Freire Costa	Sérgio Ferreira
Ari Roitman	Jussara Miranda	Sérgio Leite
Aristides Junqueira	Leilah Landim	Sergio Pizzo
Atila Roque	Lia Blower	Silvia Camurça
Beatriz Heredia	Lygia Segala	Silvio Schneider
Carla Rodrigues	Lúcia Ribeiro	Sonia Carvalho
Carlos Afonso	Lúcia Xavier	Sônia Correa
Carlos Frederico Loureiro	Luiz Pinguelli Rosa	Sonia Fleury
Carlos Plastino	Luiz Alberto Gómez de Souza	Suely Caldas
Celso Japiassu	Luiz Carlos Prado	Tadao Takahashi
Celso Bredariol	Luiz Fernando Levy	Taís Ladeira
Claudius Ceccon	Luíz Mário Behnken	Tânia Pacheco
Cleonice Dias	Maitê Proença	Vanilda Paiva
Dom Mauro Morelli	Manoel Lapa	Waldo César
Eduardo Homem	Marcelo Lavenére	Wanda Engel
Emerson Kapaz	Maria Betânia Ávila	Wania Sant'anna
Emir Sader	Maria Clara Couto Soares	Zilda Junqueira
Ervino Schmidt	Maria da Conceição d'Incao	
Fátima Mello	Maria Emília Pacheco	
Fernando Cardim	Mario Osava	
Flávio Grottera	Miguel Darcy	
Francisco Pinheiro	Miguel Pereira	
Francisco Whitaker	Moacir Palmeira	
Graciela Rodríguez	Muniz Sodré	
Graciela Selaimen	Nádia Rebouças	
Guacira Oliveira	Nelson Delgado	
Henri Acselrad	Neuri Rosseto	
Isabel Carvalho	Nilton Bueno Fischer	
Ivan Daibert	Nivia Maria P. de Souza	
Ivo Lesbaupin	Paulo Betti	
Jacira Melo	Paulo Magalhães	
Jaime Hugo Patalano	Paulo Márcio de Mello	
Jane Galvão	Pedro Celestino	
Jane Souto	Pedro Jorge B. Ferreira Lima	
Jean-Pierre Leroy	Pedro Luiz Dalcero	
Jether Ramalho	Plínio de Arruda Sampaio	
João Guerra de Castro Monteiro	Regina Domingues	
Joel Rufino	Regina Novaes	
Joel Zito	Reinaldo Gonçalves	

Fontes de financiamento e apoios institucionais

Convênios

ActionAid
Cafod – Agência Católica para o Desenvolvimento
CCFD – Comitê Católico contra a Fome e pelo Desenvolvimento
Christian Aid
EED – Serviço das Igrejas da Alemanha para o Desenvolvimento
Finep – Financiadora de Estudos e Projetos
FPH – Fundação Charles Leopold Mayer
Fundação Ford
Fundação Heinrich-Böll
Fundação Rosa Luxemburgo
Fundação W.K. Kellogg
Furnas
IDRC – Centro Internacional de Desenvolvimento e Pesquisa – Canadá
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
Novib – Organização Holandesa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
Oxfam GB
Petrobras

Apoios institucionais

Aepet – Associação dos Engenheiros da Petrobras
AFBNDES – Associação dos Funcionários do BNDES
Amex – American Express Cards
Corecon – Conselho Regional de Economia
Conselho Regional de Nutricionistas
Crea – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio de Janeiro
Fundação Real Grandeza
Fundação Refer de Seguridade Social
Infraprev – Instituto Infraero de Seguridade Social
Instituto Aerus de Seguridade Social
Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social
Previ – Fundo de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Previrb – Fundação de Previdência dos Serviços do Instituto de Resseguros do Brasil
Searerj – Sociedade dos Engenheiros e Arquitetos do Estado do Rio de Janeiro
Valia – Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social

Siglas e abreviaturas

A

Abong – Associação Brasileira de Organizações não Governamentais
AIDC – Alternative Information and Development Center
Alerj – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMB – Articulação de Mulheres Brasileiras
Anteag – Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão

B

BIS – Banco para Liquidações Internacionais
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

C

Cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
Cesec/Ucam – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes
Cfemea – Centro Feminista de Estudos e Assessoria
Conjuve – Conselho Nacional de Juventude
Consea – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPRN – Redes de Pesquisa em Políticas Públicas Canadenses

D

Descas – Direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais

E

EI – Estratégia institucional

F

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FBES – Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FBSAN – Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FSM – Fórum Social Mundial

I

IIRSA – Iniciativa de Integração Regional dos Países da América do Sul
Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

L

Losan – Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

M

Mercosul – Mercado Comum do Sul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai)
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

O

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
ONU – Organização das Nações Unidas

P

PCN – Ponto de Contato Nacional da OCDE
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

R

Ripess – Rede Intercontinental de Economia Social e Solidária
RSE – Responsabilidade Social das Empresas

S

SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
Senaes/MTE – Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego
Sisan – Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Somo – Fundação para Investigação de Empresas Multinacionais

Anotações
